

CHAMADA PÚBLICA COMPARTILHADA - REDE DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS COCRIANDO SOLUÇÕES PARA GESTÃO DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS

Data de aceite: 02/12/2023

Amanda Fernandes Xavier Pedrosa

Carolina Bertolossi Lima Cabral

Gabriel Grasso Lima Ribeiro

Maria Carolina Santos

RESUMO: Este artigo científico apresenta o impacto da implementação da Chamada Pública Compartilhada, iniciativa estabelecida pela Rede de Sustentabilidade ReciclaPorto Rio, uma parceria entre instituições públicas federais localizadas na região portuária da cidade do Rio de Janeiro, em busca de soluções para a gestão de resíduos recicláveis. O objetivo principal desta pesquisa é analisar como essas instituições enfrentaram os desafios relacionados à destinação de seus resíduos recicláveis, considerando o número limitado de cooperativas de catadores regulamentadas e a falta de atratividade econômica dos seus resíduos para tais cooperativas. A pesquisa visa abordar questões relacionadas à disponibilidade limitada de recursos humanos e financeiros nas instituições e à necessidade

de fortalecer a integração interna e interinstitucional e a atuação destas em sustentabilidade individual e conjuntamente. Pode-se constatar através da pesquisa-ação, metodologia utilizada, que a iniciativa compartilhada apresentou resultados positivos para além da gestão de resíduos recicláveis. Assim, pode-se concluir com os resultados obtidos que, apesar dos desafios, a gestão em rede contribuiu efetivamente e suscita diversos benefícios, tais como convergência de ações, aproveitamento dos recursos e dos instrumentos disponíveis de cada instituição, que potencializam as iniciativas implementadas, viabilizaram ações que não poderiam ser feitas por cada instituição. Além disso, o estudo aponta para perspectivas de futuras ações e sugestões para a continuidade do trabalho conjunto da Rede ReciclaPorto.

PALAVRAS-CHAVES: GESTÃO de Resíduos Recicláveis; REDE Interinstitucional; CHAMADA Pública Compartilhada; COOPERATIVA de Catadores; ADMINISTRAÇÃO Pública.

ABSTRACT: This scientific article presents the impact of implementing the Shared Public Call, an initiative of the ReciclaPorto Rio Sustainability Network, a partnership of

federal public institutions located in the Port region of the city of Rio de Janeiro, in search of solutions for the management of recyclable waste. The main objective of this research is to analyze how these institutions faced the challenges related to the disposal of their recyclable waste, considering the limited number of regulated collector cooperatives and the lack of economic attractiveness of their waste for such cooperatives. The research aims to address issues related to the limited availability of human and financial resources in institutions and the need to strengthen internal and interinstitutional integration and their performance in sustainability individually and jointly. It can be seen through the action research, methodology used, that the shared initiative presented positive results beyond the management of recyclable waste. Thus, it can be concluded that the results obtained reveal that, despite the challenges, network management contributed effectively and provides several benefits, such as convergence of actions, use of resources and instruments available at each institution, which enhance the initiatives implemented, enabled actions that could not be carried out by each institution. Furthermore, the study points to perspectives for future actions and suggestions for continuing the joint work of the ReciclaPorto Network.

KEYWORDS: Recyclable waste management; Interinstitutional network; Shared Public CALL; Cooperative of Collectors; Public administration

1. INTRODUÇÃO:

Os Resíduos Sólidos Urbanos, atualmente, ainda são comumente descartados sem os devidos critérios, seja pelos domicílios, órgãos públicos, empresas, estabelecimentos industriais, ou em ambientes públicos levando a disposição final em aterros, apesar de, em sua composição, predominarem materiais tecnicamente recicláveis.

Devido a importante relevância das consequências dessa gestão inadequada enfrentada em todo o mundo, em 2015, a Organização das Nações Unidas inseriu na Agenda 2030 metas específicas em um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS 12, Metas 12.5 - Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da Economia Circular e suas ações de prevenção, redução, reciclagem e reuso de resíduos; e Meta 12.6 - Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar parâmetros e práticas de responsabilidade socioambiental e a integrar informações acerca dessas práticas em seus sistemas, de banco de dados e ciclo de relatórios).

Em setembro de 2021, foi publicado o “Mapeamento dos Fluxos de Recicláveis Pós Consumo do Estado do Rio de Janeiro”, elaborado pela Firjan. O estudo aponta que no Rio de Janeiro apenas 39,9 mil toneladas vão para a reciclagem, o equivalente a 0,5% do total de resíduos descartados, deixando de reciclar cerca de R\$ 1 bilhão, por ano, em materiais recicláveis, que poderiam ser reaproveitados e são despejados em 20 aterros sanitários licenciados e nos cinco lixões a céu aberto espalhados pelo estado.

O protagonismo neste estudo é direcionado à administração pública brasileira e como se dá o gerenciamento de resíduos recicláveis. Desta forma, um importante marco

temporal no Brasil, nesta temática, é a publicação do Decreto nº 5.940 de 25 de outubro de 2006, que instituiu a separação de resíduos recicláveis descartados pelos órgãos da administração pública federal e a sua destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Para tal, as instituições públicas federais têm a responsabilidade de constituir a Coleta Seletiva Solidária e realizar chamamento público para habilitar as cooperativas de catadores e estas devem estar devidamente regulamentadas para atender as diretrizes estabelecidas na referida legislação.

Contudo, esse imperativo legal se depara com alguns obstáculos que dificultam sua efetiva implementação. Um dos principais desafios é o número reduzido de cooperativas de catadores regularmente constituídas nas regiões circunvizinhas da capital dos estados, tornando a destinação dos resíduos recicláveis uma tarefa complexa, uma vez que boa parte das instituições públicas federais se encontram nos grandes centros urbanos. Outro problema a ser enfrentado é que grande parte das instituições públicas não possuem espaço para armazenar uma grande quantidade de resíduos, levando a necessidade de realizar a coleta periodicamente, em curto espaço de tempo. Desta forma, foi verificado que em alguns casos as cooperativas não consideravam a coleta atrativa economicamente, tanto pela quantidade quanto pela característica dos resíduos, por tornar a logística desta coleta pouco rentável frente aos custos envolvidos.

Outro aspecto a salientar é a disponibilidade limitada de recursos humanos e financeiros, junto com a fragmentação e desarticulação entre as instituições públicas que impacta diretamente na aplicação de soluções efetivas na gestão de resíduos recicláveis. Conforme enfatiza Franzese (2021) sobre desafios da administração pública, “engajar parceiros e promover uma gestão com relações menos hierarquizadas e com compartilhamento de responsabilidades”. E, complementa “essa capacidade de engajar parceiros com perspectivas diferentes e lidar com outros setores de políticas públicas é típica do modelo de gestão em rede”.

Neste contexto, cabe destacar também as considerações de Fleury (2008) em que as redes têm sido vistas como a solução indicada para administrar políticas e projetos principalmente quando os recursos são escassos, os problemas são complexos, existem múltiplos atores envolvidos, com a interação de agentes públicos e privados, de abrangência global e local, demonstrando uma crescente demanda pela participação cidadã.

Diante de um cenário desafiador, devido às características da gestão pública e do gerenciamento de resíduos, a Rede de Sustentabilidade ReciclaPorto Rio, uma parceria inovadora entre seis instituições públicas federais, localizadas na região portuária do Rio de Janeiro foi criada, em abril de 2019, através de um Convênio de Cooperação Técnica, tendo como uma das propostas, presentes em seu Plano de Trabalho, a realização da Chamada Pública Compartilhada para destinação adequada dos resíduos recicláveis oriundos da Coleta Seletiva das instituições partícipes, com o objetivo de desenvolver iniciativas e soluções de forma conjunta e cooperativa.

A formação inicial da Rede ReciclaPorto é marcada por uma grande diversidade, pois se constitui de seis instituições federais, uma do Poder Judiciário e cinco do Poder Executivo. Destes cinco, dois órgãos são vinculados ao Ministério da Saúde, um ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, um ao Ministério da Agricultura e uma empresa pública ao Ministério de Infraestrutura.

O conceito de rede utilizado nesta pesquisa se respalda na descrição de Olivieri (2003, p.1) “redes são sistemas organizacionais capazes de reunir indivíduos e instituições, de forma democrática e participativa, em torno de causas afins”. Olivieri (2003) complementa descrevendo algumas características das redes, tais como, a presença de estruturas flexíveis e horizontais, com atuações colaborativas nas dinâmicas de trabalho. Acrescenta também que um dos fatores primordiais para sua sustentação é a vontade e a afinidade de seus integrantes como um significativo recurso para a estruturação social. Segundo Goldsmith & Eggers (2006), as redes promovem o aprendizado pois viabilizam o acesso a uma base de conhecimento mais ampla do que é possível em uma única instituição, e, com isso, permitem a promoção e disseminação de boas práticas.

A Chamada Pública Compartilhada da Rede ReciclaPorto foi realizada no 2º semestre de 2019, com a participação de seis instituições públicas federais. Esta iniciativa conjunta, implementada visando a solução de uma problemática comum, tem seus resultados e impactos analisados neste estudo. Para tal, são perpassadas as etapas que constituem as espirais cíclicas da pesquisa-ação, segundo Elliot (1998) e Thiollent (2011), metodologia utilizada no estudo, que são movimentos essenciais para a co-construção coletiva do conhecimento. Como representantes da Rede ReciclaPorto participaram da estruturação do estudo, esta metodologia atendeu a esta peculiaridade, conforme aponta Tripp (2005), a pesquisa-ação se aplica a projetos em que os pesquisadores buscam efetuar transformações em suas próprias práticas.

Esta pesquisa busca também identificar soluções que estão sendo cocriadas pela Rede ReciclaPorto, com o objetivo de melhorar a eficiência e a eficácia na gestão pública sustentável, além de possibilitar a replicação das práticas.

2. OBJETIVO:

Este estudo tem como objetivo principal, analisar as ações implementadas pelas instituições públicas da região Portuária do Rio de Janeiro, integrantes da Rede de Sustentabilidade ReciclaPorto Rio, para solucionar os desafios relacionados à gestão de resíduos recicláveis, conforme estabelecido pelo Decreto Nº 5.940/2006, e assim, propor ações mais eficientes, fornecer subsídios para a tomada de decisão dos gestores, contribuindo para a gestão adequada e eficiente de resíduos recicláveis em órgãos públicos, e para possível replicação do modelo instituído.

Os objetivos específicos incluem:

- Investigar as estratégias adotadas na Rede de Sustentabilidade ReciclaPorto Rio para resolver a dificuldade na destinação de resíduos recicláveis às cooperativas de catadores;
- Analisar como o estabelecimento da parceria e a atuação conjunta das instituições partícipes da ReciclaPorto contribuiu para tornar sustentável a destinação dos resíduos recicláveis às Cooperativas de catadores; e,
- Apontar possíveis resultados positivos das iniciativas, em gestão de resíduos recicláveis, implementadas pela Rede ReciclaPorto.

3. METODOLOGIA:

A metodologia adotada é a pesquisa-ação, uma abordagem que combina pesquisa e ação prática para abordar problemas complexos e desenvolver soluções colaborativas. A pesquisa-ação é particularmente adequada para investigar iniciativas de cocriação como as desenvolvidas pela Rede ReciclaPorto, pois permite a participação ativa dos pesquisadores e dos participantes no processo de pesquisa.

Baseado nos estudos de Kurt Lewin, a pesquisa se organiza em três espirais cíclicas propostas por Elliot (1998), que preconizam reflexão e ação. São elas:

- a. Planejamento, diagnóstico ou fase exploratória,
- b. Tomada de decisão ou o desenvolvimento da ação; e,
- c. Encontro dos resultados da ação e a divulgação das conclusões da pesquisa.

Em conjunto, se faz também a conexão com Thiollent (2011) entre as cinco etapas para formulação de projetos na metodologia pesquisa-ação. São elas:

1. Análise de delimitação da situação inicial
2. Delineamento da situação final em função dos critérios de desejabilidade e factibilidade
3. Identificação dos problemas a serem resolvidos para permitir a passagem de 1 para 2
4. Planejamento das ações correspondentes
5. Execução e avaliação contínuas das ações

O estudo perpassou as fases da Pesquisa-Ação segundo as espirais cíclicas de Elliot (1998) em conexão com Thiollent (2011) para a formulação de projetos, conforme tópicos relacionados a seguir:

- I. **Diagnóstico e análise de delimitação da situação inicial:** Esta etapa envolveu a identificação das dificuldades iniciais enfrentadas pelas instituições públicas federais na gestão de resíduos recicláveis, incluindo a limitação de cooperativas regulamentadas e a falta de atratividade econômica dos resíduos recicláveis gerados devido à logística necessária para realização da coleta.

- II. **Fase exploratória e delineamento da situação final em função dos critérios de desejabilidade e factibilidade:** Nesta etapa, as instituições definiram a situação desejada, incluindo metas e critérios de sucesso para o projeto. Isso incluiu o objetivo de tornar a coleta seletiva logisticamente viável.
- III. **Tomada de decisão a partir da identificação dos problemas a serem resolvidos:** Foram identificados problemas específicos que precisavam ser resolvidos para passar da situação inicial para a situação desejada.
- IV. **Planejamento e desenvolvimento das ações correspondentes:** Estratégias de ação foram formuladas para abordar os problemas identificados e alcançar os objetivos estabelecidos.
- V. **Execução, resultados, divulgação das conclusões e avaliação contínua das ações:** As ações planejadas foram implementadas, e a avaliação contínua foi realizada para acompanhar o progresso e fazer ajustes conforme necessário, resultando na estruturação do aprimoramento do processo conjunto de gerenciamento de resíduos recicláveis da rede.

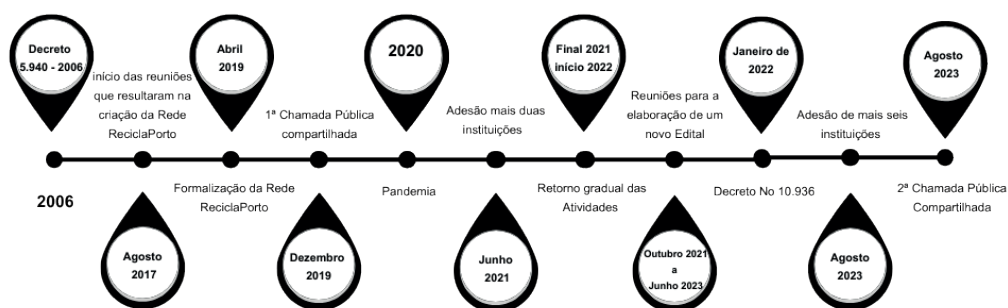
4. RESULTADOS:

Os resultados serão apresentados em dois tópicos com a descrição do desenvolvimento das ações e os resultados obtidos.

4.1 Desenvolvimento das ações

A exposição de informações através da linha do tempo, exposta na figura 1, visa elucidar o desencadeamento dos fatos e trazer elementos que venham a contribuir para a análise, no transcorrer das etapas da pesquisa.

Figura 1: Linha do tempo



Fonte: Elaboração própria. Dados da Organização

Em 2017, na busca de uma solução para o cumprimento do Decreto N° 5.940/2006, foram realizadas reuniões com servidores de três instituições públicas localizadas na região portuária do Rio de Janeiro. Esta prática se conecta com a fase inicial de diagnóstico definida pela teoria da pesquisa-ação.

Neste processo de construção coletiva, foi detectada a necessidade de engajar outros órgãos federais da mesma localidade para que pudessem ampliar o volume total de resíduos descartados e desta forma assegurar a sustentabilidade econômico-financeira do processo de coleta para as cooperativas. Assim, mais três instituições federais da região foram contatadas e em poucos meses, passaram a integrar o grupo.

No período de construção do Termo de Convênio de Cooperação Técnica, que durou cerca de um ano, foram formuladas estratégias de ação com o objetivo de buscar soluções para as outras problemáticas também detectadas, tais como a desmotivação dos servidores, enfraquecimento da atuação e desarticulação interna.

Com base nas estratégias de ação, os representantes das instituições integrantes definiram, para os primeiros cinco anos de atuação da ReciclaPorto, um plano de trabalho com metas pré-definidas. Enquanto para regularizar o funcionamento da atuação, foi construído o Regimento Interno, que rege as ações de gerenciamento e monitoramento das práticas implementadas e de avaliação dos resultados obtidos.

Sua abrangência de atuação deu-se por meio do intercâmbio de um plano de ação comum, realizando ações conjuntas e de apoio mútuo, visando à implementação de programas, projetos e ações interinstitucionais de sustentabilidade e de responsabilidade socioambiental, com apresentação de relatórios anuais, avaliações periódicas, realização de possíveis ajustes no encaminhamento das ações, e se definem as novas iniciativas.

No início de 2019 ocorreu a formalização da Rede ReciclaPorto e ao final do mesmo ano foi publicada a Chamada Pública Compartilhada, resultando na habilitação de duas cooperativas de catadores de recicláveis, com o Termo de Compromisso assinado entre as partes. O início das atividades da Coleta Seletiva Solidária Compartilhada, se deu em janeiro de 2020, resultando na volta da destinação de resíduos recicláveis de seis instituições à cooperativa de catadores.

A situação final desejada era que as instituições tivessem o corpo funcional sensibilizado e colaborativo quanto à coleta seletiva solidária e que esta estivesse plenamente estruturada e implementada, resultando em um armazenamento institucional bem selecionado e organizado dos resíduos recicláveis. Além disso, que os resíduos destinados à cooperativa de catadores atingissem um quantitativo e uma frequência que tornasse a coleta economicamente viável.

Contudo, é importante salientar que alguns problemas foram detectados no encaminhamento das ações resultantes da Chamada Pública Compartilhada. O mais relevante foi que em decorrência da pandemia de COVID-19, em março de 2020, foi adotado o trabalho remoto na maioria das instituições da Rede. Conseqüentemente, neste período, a geração de resíduos recicláveis foi fortemente impactada, prejudicando muito as cooperativas, aspecto que foi agravado devido ao tempo de duração da pandemia.

Apesar do impacto negativo da pandemia no quantitativo destinado às cooperativas, a estruturação de uma Chamada Pública Compartilhada tornou-se um atrativo para outras

instituições públicas, federais e estaduais que manifestaram interesse em aderir à Rede, propiciando uma expansão de seis instituições partícipes em 2019, para oito em 2021, e 14 em 2023, como demonstrado na figura 1.

Com a retomada do trabalho presencial, observou-se o aumento gradativo na geração dos resíduos oriundos das diversas atividades dos órgãos, assim, se fez necessário rever os procedimentos da coleta seletiva e a organização de campanhas de conscientização. Para colaborar com estas ações, foram disponibilizados materiais de campanha e sensibilização por uma das instituições partícipes. Com isso, a Rede ReciclaPorto estruturou um treinamento conjunto realizando iniciativas compartilhadas, tais como palestras, visita às cooperativas de catadores, visita técnica em outras instituições com a participação de servidores lotados nas áreas de manutenção predial, gestão de resíduos e de integrantes das equipes de limpeza.

No decorrer da elaboração do Edital da 2ª Chamada Pública Compartilhada foi publicado o Decreto Nº 10.936/2022, que delimita novas diretrizes a serem cumpridas na gestão de resíduos pelos Órgãos. Desta forma, foi necessário fazer uma revisão no Edital, e que as áreas jurídicas tivessem total conhecimento da nova legislação para sua aprovação e publicação.

4.2 Resultados obtidos

A 1ª Chamada Pública Compartilhada da Rede ReciclaPorto apresentou alguns resultados bastante expressivos que impulsionaram a decisão de dar sequência nesta iniciativa, levando à estruturação do 2º Chamamento Compartilhado. Neste novo Edital, realizado em julho de 2023, foram agregadas mais duas instituições, totalizando oito Órgãos, o que gerou um aumento, conseqüentemente, na quantidade de resíduos recicláveis a serem destinados às cooperativas de catadores, conforme demonstrado na figura 2.

Figura 2: Comparação entre a 1ª e 2ª Chamada Pública Compartilhada

	Número de Instituições participantes	Número de Cooperativas participantes	Número de Cooperativas habilitadas	Legislação vigente no Edital	Tipos de resíduos destinados	Previsão da quantidade de resíduos destinados (Ton/ano)
1ª Chamada Pública Compartilhada Dezembro de 2019	6	4	2	Decreto nº 5.940 de 25 de outubro de 2006	Papel / Papelão Sucatas metálicas Plástico Vidro	5
2ª Chamada Pública Compartilhada Agosto de 2023	8	11	9	Decreto nº 10.936 de 10 de janeiro de 2022	Papel / Papelão Sucatas metálicas Plástico Vidro Eletroeletrônicos	119,168

Fonte: Elaboração própria, adaptado dos editais da Chamada Pública

A partir da estruturação da Chamada Pública Compartilhada que propiciou a destinação conjunta dos resíduos recicláveis dos órgãos públicos da Rede para as Cooperativas de Catadores, pode-se constatar a geração de impactos socioambientais positivos. E estes não se restringem apenas ao atendimento da legislação. É possível relacionar outros impactos positivos desta iniciativa, potencializados por ter sido uma solução gerada a partir de uma cocriação.

Cabe salientar alguns pontos que destacam os impactos resultantes, direta ou indiretamente, do Chamamento Compartilhado e que estão alinhados aos ODS, conforme tópicos descritos abaixo.

- Propiciou a destinação correta dos resíduos recicláveis de seis instituições públicas, com a possibilidade de rastreamento destes, dando credibilidade em relação ao destino final (ODS 12);
- Contribuiu para a cadeia da reciclagem do estado do Rio de Janeiro, possibilitando que os resíduos retornem para a cadeia produtiva (ODS 12);
- Com a destinação adequada dos resíduos, foram evitados riscos de contaminação do solo e das águas (ODS 14 e ODS 15);
- A iniciativa compartilhada aumentou a atratividade da Chamada, resultando na ampliação do número de Cooperativas de Catadores participantes no 2º Chamamento, passando de quatro para onze e quanto às habilitadas, de duas para nove (ODS 12);
- Possibilitou o fortalecimento da atuação das Cooperativas de Catadores, principalmente devido à opção de escolha pela partilha dos resíduos, contribuindo não apenas para o aumento da renda dos cooperativados, mas também para todos os beneficiados indiretos, além da redução de desigualdades, na perspectiva do empoderamento e da inclusão social, através do incentivo ao trabalho digno (ODS 1, ODS 8 e ODS 10).

Foi possível constatar o aumento da cooperação entre os pares resultando no fortalecimento da Rede ReciclaPorto. Como aponta Rindfleisch (2000), a cooperação interinstitucional acontece através de ações coordenadas, encaminhadas por parceiros de aliança para alcançar resultados mútuos ou singulares desejáveis. Em 2023, com o objetivo de aprimorar a Coleta Seletiva das instituições partícipes, foi implementado um treinamento conjunto com a participação de integrantes de equipes de limpeza, fiscais de contratos, encarregados e de Comitê de Coleta Seletiva. Foram realizadas palestras, visita técnica em cooperativa de catadores e em um órgão público. Para a realização das campanhas de conscientização, uma das instituições compartilhou o material desenvolvido para que fosse utilizado pelos demais órgãos integrantes da Rede, tendo acrescentado a logomarca da Rede ReciclaPorto e, com espaço predefinido, para que cada instituição pudesse acrescentar a sua logomarca.

Outro resultado a ser explicitado, se conecta com aspectos como os expostos por Bessa & Doetzer (2020) quanto à visualização dos resultados práticos do trabalho coletivo, o diálogo, a espontaneidade, a oportunidade de inovar e de compartilhar aumentam a autoestima, colaboram para que estes espaços se caracterizem pelo agir e pela promoção do diálogo e a melhor articulação entre as instituições com a valorização da complementaridade.

5. CONCLUSÃO:

A pesquisa-ação sobre a Rede ReciclaPorto representa uma oportunidade de compreender como instituições públicas podem enfrentar desafios complexos de gestão de resíduos recicláveis por meio da colaboração e da cocriação de soluções inovadoras desenvolvidas conjuntamente por órgãos circunvizinhos. Ao superar obstáculos como a falta de logística e atratividade econômica, a escassez de cooperativas de catadores e a disponibilidade limitada de recursos, a Rede ReciclaPorto demonstra o potencial da parceria entre instituições públicas na promoção de uma gestão mais eficaz e sustentável de resíduos sólidos.

Assim, através dos resultados obtidos, apesar dos desafios, foi constatado que a gestão em rede contribuiu efetivamente e suscita benefícios, tais como, convergência de ações, aproveitamento dos recursos e dos instrumentos disponíveis de cada instituição, que potencializaram as iniciativas implementadas, viabilizaram ações que feitas por cada instituição, isoladamente, não atenderia aos princípios de eficiência, eficácia e economicidade.

Além disso, em consonância com o Decreto No 11.414, de 2023, que tem por finalidade integrar e articular ações, projetos e programas da administração pública voltados à promoção e à defesa dos direitos humanos das catadoras e dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, cabe destacar algumas possibilidades que demonstram perspectivas para futuras ações e sugestões de continuidade para trabalho da Rede ReciclaPorto, uma delas é a contratação de cooperativas de catadores para realizar consultoria voltadas à gestão de resíduos recicláveis e à Coleta seletiva nas instituições partícipes; outra possibilidade que está em análise é a regionalização da atuação, estruturando a gestão em rede, com a participação das instituições partícipes, presentes em regiões do interior do estado do Rio de Janeiro. Tendo em vista que é possível verificar através do sítio da Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro, que tem regiões do estado que possuem apenas uma cooperativa de catadores cadastrada, Assim, essa iniciativa tem como objetivo contribuir para a formação das cooperativas de catadores em cada território, seja colaborando para que os catadores obtenham documentos, o coletivo na regularização da cooperativa e com a capacitação dos cooperados, ou seja estruturando a Chamada Pública Compartilhada Regional, a partir da ampliação da gestão em rede

da atuação da ReciclaPorto. Além disso, está em andamento a formalização de parceria com uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares de uma universidade visando trazer relevantes contribuições nas atividades de capacitação e para o empoderamento das Cooperativas de Catadores, fortalecendo a cultura e a economia local dos territórios, principalmente do interior do estado.

Esta pesquisa ensejou fornecer subsídios para aprimorar e fortalecer políticas públicas relacionadas à gestão de resíduos sólidos, principalmente no que tange às responsabilidades socioambientais dos órgãos públicos e, assim, contribuir para o fortalecimento da colaboração entre instituições públicas e em prol de uma atuação mais sustentável voltado ao protagonismo das cooperativas de catadores nas ações pós consumo dos resíduos recicláveis.

Indubitavelmente, a pesquisa buscou também trazer contribuições para o desenvolvimento de abordagens mais eficazes e sustentáveis para a gestão de resíduos recicláveis, não apenas na região portuária do Rio de Janeiro, mas também como um exemplo inspirador e replicável para outras iniciativas similares em todo o Brasil. A formação de redes de sustentabilidade entre instituições públicas apresenta-se como uma estratégia fundamental para a implementação de iniciativas sustentáveis, em busca de cumprir metas para uma perspectiva ambientalmente responsável e socialmente justa, alinhadas às premissas da Agenda 2030 e de metas dos ODS.

Para finalizar, destaca-se que a partir do processo dialógico de conhecimento e da confiança mútua, materializou-se uma Chamada Pública Compartilhada, que bem mais que uma solução para o descarte adequado de resíduos, constituiu-se como verdadeiro laboratório compartilhado de inovação em gestão pública, para a implementação conjunta de boas práticas em sustentabilidade. O resultado obtido neste estudo, não se esgota em si mesmo, mas, demonstra como a cocriação da Chamada Pública Compartilhada de forma sinérgica, fruto de um processo de cooperação entre seis instituições públicas federais, unidas através da constituição da Rede de Sustentabilidade ReciclaPorto Rio, pode produzir resultados mais expressivos e mais abrangentes que os pretendidos e definidos em sua formulação inicial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BESSA, F. L. B. N.; DOETZER, G. D. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 16 e 17 – a criação da rede Sustenta Paraná e os desafios do trabalho em rede; In: VILLAC, T.; BESSA, F. L. B. N.; DOETZER, G. D. (coord): Gestão Pública Brasileira: inovação sustentável em rede. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2020.

ELLIOT, J. Recolocando a pesquisa-ação em seu lugar original e próprio. In: GERALDI, C. M. G.; FIORENTINI, D.; PEREIRA, E. M. A. (Orgs.). Cartografias do trabalho docente. Campinas: Mercado da Letras, 1998, p. 137-152.

FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. Mapeamento dos fluxos de recicláveis pós-consumo no Estado do Rio de Janeiro. / Firjan. – Rio de Janeiro: [s.n.], 2021. 28 p. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/publicacoes/manuais-e-cartilhas/mapeamento-dos-fluxos-de-reciclaveis-pos-consumo-no-estado-do-rio-de-janeiro.htm>>. Acesso em 18 set. 2023.

FLEURY, S. Redes de políticas: novos desafios para a gestão pública. Revista Administração em Diálogo - RAD, [S.l.], v. 7, n. 1, maio 2008. ISSN 2178-0080. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/rad/article/view/671/468>> Acesso em: 20 set. 2023

FRANZESE, C. O potencial da gestão em rede na administração pública. GV Executivo, v. 20, n. 2, abr./jun. 2021, p. 49. Disponível em: <<https://periodicos.fgv.br/gvexecutivo/article/view/83960/79537>>. Acesso em 17 set. 2023.

GOLDSMITH, S.; EGGERS, W. D. Governar em Rede – O novo formato do setor público. Brasília: ENAP, 2006.

OLIVIERI, L. A importância histórico-social das Redes. Rede de informações para o terceiro setor, 2003.

RINDFLEISCH, A. Organizational trust and interfirm cooperation: An examination of horizontal versus vertical alliances. Marketing Letters, 11(1), 81–95. 2000.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, set./dez. 2005, p. 443-466.